



Estado do Rio Grande do Sul

Município de

Sete de Setembro



LEI Nº 1087, DE 03 DE MAIO DE 2018.

Dispõe sobre a remissão de juros e multa moratória e anistia de multa por infração fiscal aos devedores que efetuarem o pagamento de créditos tributários e não tributários da Fazenda Municipal ou firmarem termo de confissão de dívida para pagamento parcelado e dá outras providências.

Emancipação
28.12.95

O Prefeito Municipal de Sete de Setembro, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 92, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Sete de Setembro, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono, promulgo e publico a seguinte Lei:

Altitude
300m

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a conceder benefício fiscal aos contribuintes e devedores da Fazenda Municipal, que efetuarem o pagamento de seus débitos tributários e não tributários devidamente constituídos, ou firmarem termo de confissão de dívida para pagamento parcelado, de 02 de maio até 30 de junho de 2018, nos termos desta lei.

Art. 2º - Aos contribuintes e devedores que, quitarem em parcela única, os débitos de sua responsabilidade, de natureza tributária ou não tributária, será concedida dispensa do pagamento dos juros e multa moratória (100%), assim como anistia de cinquenta por cento (50%) do valor da multa por infração fiscal, quando for o caso.

Área
129,83 Km²

Parágrafo único - O benefício previsto neste artigo é estendido aos contribuintes e devedores que estejam sendo cobrados em juízo, desde que, se tiverem embargado a execução ou de qualquer forma impugnada a pretensão do Município, desistam dos embargos ou impugnação, e efetuarem o pagamento do débito, ficando, neste caso, também dispensados dos honorários advocatícios arbitrados judicialmente.

Art. 3º - Aos contribuintes e devedores que não se beneficiarem do disposto no artigo anterior, mas confessarem seus débitos e firmarem termo de parcelamento para pagamento em até 36 vezes serão concedidos os seguintes benefícios:

Número de Parcelas	Desconto sobre o Total de Juros e Multa
2 a 6	90%
7 a 12	70%
13 a 24	50%
25 a 36	30%

Habitantes
2.124



Estado do Rio Grande do Sul

Município de

Sete de Setembro



Emancipação
28.12.95

Altitude
300m

Área
129,83 Km²

Habitantes
2.124

§ 1º - Na hipótese de pagamento parcelado, o valor das respectivas parcelas não poderá ser inferior a 21 (vinte e uma) URM's (Unidade de Referência Municipal).

§ 2º - No caso de devedores em cobrança judicial que confessarem os débitos e se comprometerem a efetuar o pagamento parcelado, nos termos deste artigo, serão concedidos iguais benefícios, desde que atendidas às condições estabelecidas no parágrafo único do art. 2º.

Art. 4º - O Poder Executivo fica autorizado a reemitir juros e multas incidentes sobre débitos com a fazenda municipal, vencidos até 31 de dezembro de 2017, inscritos em Dívida Ativa.

Art. 5º - Terão direito aos benefícios desta Lei os contribuintes que tenham débitos parcelados, protestados e com cobrança judicial, desde que os débitos estejam inscritos em Dívida Ativa.

Parágrafo único. O benefício previsto neste artigo não inclui os custos do protesto, os quais deverão ser pagos pelo contribuinte.

Art. 6º - A primeira prestação do parcelamento que trata a presente Lei deverá ser paga no ato do encaminhamento da renegociação.

Art. 7º - Findo o prazo que trata o art. 1º desta Lei, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a encaminhar a protesto os débitos não negociados.

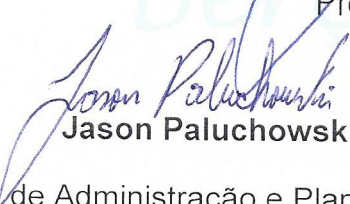
Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no que couber.

Art. 9º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SETE DE SETEMBRO, AOS 03 DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2018.


Silvestre Wojciechowski

Prefeito Municipal em Exercício


Jason Paluchowski

Sec. de Administração e Planejamento

Registre-se, publique-se e cumpra-se.